

**PORTO ALEGRE E O PROBLEMA DAS “MATERIAS FECAES”:
O SERVIÇO DE ASSEIO PÚBLICO E A CONSTRUÇÃO DA
PRIMEIRA REDE DE ESGOTO NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO
SUL (1879-1912)**

Fabiano Quadros Rückert¹

Resumo: O objetivo deste texto consiste em abordar uma parte da história do saneamento na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Nesta cidade, o problema da coleta e descarte das “materias fecaes” ganhou importância na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Inicialmente, o problema foi atacado com o serviço de Asseio Público, criado em 1879, e posteriormente, com a construção da primeira rede de esgoto, concluída em 1912. O artigo explora o desenvolvimento do saneamento na capital sul rio-grandense e analisa o trabalho do poder público municipal na promoção da salubridade urbana, através do Asseio Público e da construção da primeira rede de esgoto. A posição dos médicos e engenheiros a respeito do saneamento também é contemplada pelo artigo que usa os documentos da Câmara Municipal de Vereadores, os Relatórios da Intendência e o jornal *A Federação* como fontes documentais para abordagem do tema.

Palavras chaves: higiene pública, Porto Alegre, asseio público, rede de esgoto.

**PORTO ALEGRE AND THE PROBLEM OF THE “MATERIAS FECAES”:
PUBLIC NEATNESS AND THE CONSTRUCTION OF THE FIRST SEWAGE
NETWORK IN THE CAPITOL CITY OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL
(1879-1912)**

Abstract: The purpose of this paper is to address a part of the history of sanitation in the city of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul. In this city, the problem of collection and disposal of "materials fecaes" has gained importance in the second half of the nineteenth century and first decades of the twentieth century. Initially, the problem was dealt with by the Public Neatness service, created in 1879, and later through the construction of the first sewer, completed in 1912. The paper explores the development of sanitation in the southern capital of Rio Grande and analyzes the work the municipal government in promoting urban health through Public Neatness and construction of the first sewer. The position of the medical and sanitation of respect for engineers is also covered by article using the documents of the City Council Chamber, the reports of the he municipality and the newspaper *The Federation* as documentary source for approaching that issue.

Keywords: public hygiene, Porto Alegre, public neatness, sewage network.

¹ Doutor em História pela UNISINOS, RS. Professor de História na rede municipal de São Leopoldo, RS. Este artigo destaca um dos temas contemplados pela minha Tese de Doutorado, intitulada *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul, 1828-1930*, realizada junto ao PPGH da UNISINOS e financiada pela CAPES.

Introdução

O desenvolvimento das técnicas de saneamento e o impacto destas técnicas no cotidiano da sociedade e na organização do espaço urbano são temas pouco explorados pela historiografia brasileira. Nos últimos anos, a história do abastecimento de água tem sido pesquisada em diferentes regiões do Brasil, mas o mesmo não se pode dizer sobre a história da coleta e descarte do esgoto. Neste sentido, percebe-se um crescimento nos estudos focados na captação/tratamento e distribuição da água e uma carência de estudos direcionados para o problema das “materias feacas” – problema relevante para a manutenção da salubridade urbana.

A percepção da existência de relações entre o destino das fezes humanas e a saúde antecede o surgimento da medicina moderna. A necessidade de manutenção da higiene pública estava presente na antiguidade grega e romana e a obra de Hipócrates registra a preocupação dos antigos gregos com a qualidade do ar e das águas. Na Europa dos séculos XVIII e XIX, o crescimento demográfico e a concentração populacional nas cidades produziram o que Michel Foucault chamou de *medo urbano*². Sob a influência do *medo urbano*, a Medicina passou a dedicar maior atenção para os focos de insalubridade, e o cuidado com o uso das águas, passou a receber maior atenção das autoridades públicas. Para reduzir os índices de doenças e a mortalidade, os europeus desenvolveram diversas estratégias de controle do espaço urbano. E através das leis e da polícia sanitária, o poder público interferiu no cotidiano da população coibindo e punindo práticas consideradas nocivas para a saúde pública (CORBIN, 1988; ROSEN, 1994; MATÉS-BARCO, 1999; FOUCAULT, 2012).

No Brasil, o processo de crescimento das cidades apresentou particularidades que influenciaram no surgimento e na percepção dos problemas urbanos e, conseqüentemente, a preocupação do poder público e da sociedade com a higiene e o saneamento também

² Referindo-se ao processo de concentração populacional ocorrido nas grandes cidades europeias nos séculos XVIII e XIX, Michel Foucault observou o surgimento uma reação negativa que descreveu nos seguintes termos: “(...) medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosas e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais estão se construindo as casas que estão sempre correndo o risco de desmoronar (FOUCAULT, 2012: 154)”.

apresentaram particularidades³. Partindo da premissa de que o saneamento torna-se uma prioridade a partir da percepção de que existem riscos para a saúde da população, pretendo analisar os primórdios do saneamento em Porto Alegre, explorando duas técnicas distintas: a técnica do Asseio Público e a técnica da construção de redes subterrâneas para coleta e descarte do esgoto. Cabe antecipar que em um determinado momento da história de Porto Alegre, as duas técnicas coexistiram e foram simultaneamente usadas para manutenção da higiene pública e da salubridade urbana na capital do Rio Grande do Sul.

Criação e desenvolvimento do Serviço de Asseio Público em Porto Alegre

Durante o período imperial da história do Brasil, a higiene pública era responsabilidade das municipalidades. Esta responsabilidade estava prevista no Regulamento das Câmaras Municipais do Império, implantado em 1828, e foi reforçada pelas Posturas Municipais criadas nas pequenas e grandes cidades brasileiras. Na Porto Alegre do século XIX, a preocupação com a higiene pública pode ser observada em diversos artigos das Posturas Municipais. Considerando o tema abordado neste texto, importa destacar que em 1829, o Capítulo 42 do Livro de Posturas proibiu a realização de “despejos nos canos de esgotos domésticos de águas fétidas, e imundices, que saiam às ruas, ou becos: quem contravier sofrerá a multa de dois mil reis de cada vez”⁴.

A necessidade de evitar o despejo do esgoto nas ruas e becos da capital da Província justificou a criação de uma Postura especificamente voltada para este assunto. No entanto, a simples existência da lei e a previsão de uma multa para os infratores não impediu a continuidade dos despejos em locais públicos ou em terrenos baldios⁵. E com o crescimento

³ Existem diversos estudos que abordam questões referentes à higiene pública e ao saneamento no Brasil Imperial. No conjunto da bibliografia existente, importa destacar os seguintes autores: LUZ, 1982; LIMA, 1996; CHALHOUB, 1996; SANT’ANNA, 2007; MOREIRA, 2009; ÁVILA, 2010.

⁴ Livro de Registro das Posturas Municipais, 1829, folha 8 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

⁵ Ao tratarmos deste assunto, convém lembrarmos a correta interpretação feita por Gilberto Freyre sobre as relações entre o público e o privado no Brasil. Na obra intitulada *Sobrados e Mocambos*, escrita em 1936, Freyre abordou a legislação municipal como instrumento para coibir os abusos dos proprietários de imóveis contra o espaço público. Segundo o autor, foi no século XIX que as Posturas Municipais “começaram a defender a rua dos abusos da casa-grande que sob forma de sobrado se instalara nas cidades com os mesmos modos derramados, quase com as mesmas arrogâncias, da casa do engenho ou da fazenda: fazendo da calçada, picadeiro de lenha, atirando para o meio da rua o bicho morto, o resto da comida, a água servida, às vezes até a sujeira do pinico” (FREYRE, 2004: 33).

da população porto-alegrense ao longo do século XIX, o problema agravou-se expressivamente⁶.

Para reduzir o risco de transmissão de doenças pelos miasmas, a Câmara Municipal procurou interferir nos hábitos de higiene da população porto-alegrense, determinando os locais em que os cubos com “materias fecaes” deveriam ser despejados e construindo trapiches para afastar os dejetos da orla do Guaíba (ÁVILA, 2010: 126).

A decisão sobre os locais para despejo era complexa, pois envolvia, de um lado, os riscos para a salubridade da população, e do outro, o problema do transporte dos cubos. Inicialmente, a Câmara Municipal ocupou-se deste assunto, seguindo as atribuições previstas no Regulamento das Câmaras Municipais do Império. E a partir de 1853, a Comissão de Higiene da Província – presidida pelo Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba – também participou das discussões sobre o descarte do esgoto na capital sul rio-grandense. Na opinião da Comissão, os locais indicados pela Câmara eram inadequados e deveriam ser modificados. O Dr. Ubatuba recomendou a mudança nos locais de despejo, mas a sua recomendação não foi acatada pelos vereadores. Sem obter uma resposta satisfatória da municipalidade, a Comissão de Higiene informou a continuidade do problema ao Presidente da Província, o Barão de Muritiba. No dia 31 de agosto de 1855, o Barão escreveu para a Câmara Municipal posicionando-se sobre o assunto.

Os lugares até hoje marcados para despejos são impróprios não só porque vão eles corromper as águas de que a população faz uso como são lançados pelos ventos sobre a cidade os miasmas que se desenvolvem das matérias lançadas as praias ou trazidas pelas marés e que nellas ficam em depósito. (...) claro fica que todos os despejos feitos ao N. são mais prejudiciais que os que são feitos ao Sul; por isso a comissão ainda insiste para que sejam lugares marcados para esses despejos ao Sul, numa distância conveniente.⁷

A intervenção do Presidente da Província na escolha dos locais para os despejos, destacada na citação, além de registrar uma preocupação de ordem sanitária, indica a existência de um jogo de poderes entre duas esferas distintas do governo: a municipalidade

⁶ Os dados levantados por Beatriz Weber indicam que no período entre 1858 e 1888 a população de Porto Alegre passou de 18.465 para 42.115 habitantes (WEBER, 1992). Nas primeiras décadas da República, o crescimento populacional na capital do Rio Grande do Sul foi ainda mais acentuado: em 1890 a população era de 52.421 habitantes, em 1910, ela atingiu os 130.277 e 1917, o censo realizado pela municipalidade registrou 179.053 habitantes.

⁷ Correspondências Recebidas pela Câmara Municipal, 31 agosto de 1855. Livro 24 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

(representada pela Câmara de Vereadores) e o Império (representado pela Comissão de Higiene da Província). Quem deveria decidir sobre qual era o local do Guaíba mais adequado para o despejo dos cubos com “materias fecaes”? E o que fazer com os proprietários de imóveis que despejavam o esgoto em vias públicas e terrenos baldios? Quem estava autorizado a dizer o que era ou não prejudicial à salubridade da população porto-alegrense?

Com base nos documentos consultados e nas obras que abordam as questões de higiene pública na Porto Alegre imperial (WITTER, 2007; TOCCHETTO, 2010; ÁVILA, 2010), podemos afirmar que as duas esferas do governo estavam envolvidas nas discussões e ações voltadas para a salubridade do espaço urbano.

Em 1868, a municipalidade porto-alegrense lançou um Edital fixando as condições para a concessão do serviço de Limpeza Pública⁸. Deste documento, destacamos a seguinte parte:

1ª. A limpeza publica desta capital para o caso de que se trata em conformidade com a licitada, comprehende não só o das materias fecaes como a das aguas servidas, lixos e quaisquer outras imundícias tanto de casas particulares, como de repartições e estabelecimentos públicos.

2ª. A camara municipal aceita propostas para contratar a limpeza publica desta capital por meio de encanamento geral ou por meio de condição em carroças de todas as materias que fazem objecto da limpeza publica.

3ª. As propostas para o contracto da limpeza publica por meio de encanamento geral, devem ser organizadas debaixo das seguintes bases: I. Que o encanamento geral deve ser subterrâneo, e feito pelo mesmo systema de encanamento da corte do Rio de Janeiro para idêntico fim; comprehendendo toda a cidade e os respectivos limites urbanos, sem excepção de ruas, becos e praças. II. Que os canos gerais devem fazer o despejo em (...) nos lugares que forem mais convenientes, designados pela camara municipal, onde os materiais fecais são imediatamente decompostos pelo mesmo processo usado no Rio de Janeiro, conservando-se sempre todo encanamento em perfeito estado de desobstrução, desembaraço e limpeza. (...)⁹.

O conteúdo do Edital não deixa dúvidas de que a intenção da municipalidade era atacar simultaneamente dois problemas: a limpeza das ruas e a remoção das “materias fecaes”. Segundo Ávila, a iniciativa da Câmara recebeu duas respostas: uma propondo a

⁸ Com base documentos consultados por Vladimir Ferreira de Ávila, sabemos que nas décadas de 1850/1860, a Câmara Municipal de Porto Alegre usava as suas próprias carroças para recolher o lixo da cidade. E sabemos também que o trabalho de coleta do lixo e limpeza das ruas e praças, em determinadas ocasiões, era feito por presidiários ou por “serventes” contratados pela municipalidade (ÁVILA, 2010).

⁹ *Jornal do Commercio*. Edital, 5 de maio de 1868: 3 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

criação de uma rede coletora de esgoto e outra propondo o uso de cubos e carroças para a realização da coleta. As duas propostas foram rejeitadas e no final de 1869 a municipalidade negociou a concessão do serviço de limpeza pública com Estácio da Cunha Betencourt, criador da *Empresa Salubridade Pública* (ÁVILA, 2010: 140).

A efetivação do serviço acordado entre a municipalidade e Betencourt foi adiada por motivos diversos. Inicialmente, o local escolhido para os despejos provocou insatisfação de um grupo de moradores que encaminhou um abaixo assinado ao Presidente da Província, manifestando objeção ao despejo dos cubos no “riacho da Azenha”. A mobilização dos moradores surtiu efeito e o Presidente da Província indicou um novo local para os indesejados despejos. Depois de um prolongado período de tramitação burocrática e de discussões sobre a viabilidade jurídica do contrato, no dia 1º de julho de 1872, a *Empresa Salubridade Pública* iniciou as suas atividades.

A adesão ao serviço prestado pela empresa de Betencourt era opcional, ou seja, os proprietários de imóveis podiam escolher se negociavam a coleta e descarte do lixo e dos cubos com “materiais fecaes” com o empresário, ou se realizavam o descarte por sua própria conta, desde que respeitando os locais e horários indicados pela municipalidade¹⁰.

A qualidade do serviço prestado pela *Empresa Salubridade Pública* foi colocada em discussão na Câmara Municipal apenas seis meses após o início dos trabalhos. E apesar da insatisfação de alguns vereadores, a empresa continuou realizando a limpeza da cidade até o dia 20 de outubro de 1875 – data em que foi concluída a rescisão do contrato.

A primeira experiência de implantação de um serviço de limpeza pública em Porto Alegre foi curta e problemática. E podemos afirmar que ela foi insatisfatória para todas as partes envolvidas. Mas o serviço era necessário e precisava ser implantado. Em 1876, o Sr. José de Figueiredo Moreira acordou com Câmara a realização da Limpeza Pública da cidade pelo prazo de um ano¹¹. No Edital publicado pela municipalidade em 1877,

¹⁰ O Edital emitido pela Câmara Municipal no dia 1º de junho de 1872 fixava as condições que deveriam ser cumpridas pela empresa e reforçava a obrigação de todos os habitantes da cidade com a limpeza pública. O Edital incluía o Artigo 49 das Posturas Municipais que dizia: “Artigo 49: Só depois do toque de recolher até o toque de silencio é permitido se fazer despejo de materiais fecaes, e outras immundicias em vasilhas hermeticamente fechadas, e bem seguras, conforme o modelo que a Camara designar. Pena de 8\$000 de multa, respondendo o senhor pelo escravo e o amo pelo criado.” Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal, Livro 7, 1º jun. 1872 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

¹¹ Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Livro 18, 2 abr. 1877 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

encontramos uma importante mudança no objeto da concessão: a Limpeza Pública não mais incluía a remoção dos cubos com “materiais fecaes” e “aguas servidas”¹².

A distinção entre o que era a Limpeza Pública e o que era o Asseio Público ganhou forma em 1878, quando a municipalidade contratou a empresa *Alvim & Pitrez* para realizar a coleta, condução e descarte de “materiais fecaes” e “aguas servidas”. A partir deste contrato, foi implantado na cidade de Porto Alegre um serviço regular de Asseio Público explorado por uma empresa particular autorizada pela municipalidade. As condições de implantação deste serviço (modelo dos cubos e dos veículos de coleta), assim como o seu custo financeiro, estavam previstas no contrato de concessão – documento do qual procede a seguinte citação:

A empresa perceberá como retribuição a quantia de três mil reis mensais, por cada habitação dos proprietários ou inquilinos e a de cinco mil reis para condução da aguas servidas e materiais fecaes, conjuntamente, que tiver usual cada casa, ficando o direito a cobrar dez mil reis pelos dous serviços nos hoteis e na quellas cazas em que houver reconhecidamente excesso.

Nas habitações onde o serviço de materiais fecaes for a limpeza feita oito vezes por mez, pagarão dous mil reis, e sendo quatro vezes, mil e quinhentos reis.

A empresa cobrará a todo assignante as mensalidades por trimestre adiantado tendo o direito de não continuar com o serviço nas habitações que houver falta de pagamento.

A empresa obriga-se a ter seu escriptório, onde a escripturação será feita diariamente, fazendo doação a Camara Municipal de quatro por cento ao anno de seu rendimento liquido, sendo essa percentagem paga semestralmente a mesma Camara Municipal a ser applicada a qualquer das obras a seu cargo¹³.

No decorrer da década de 1880, o Asseio Público em Porto Alegre foi gradualmente expandido com base nas condições acordadas na ocasião da sua implantação. Nesta década,

¹² O Edital que fixou as condições da concessão para o serviço em 1877 afirmava que: “(...) A limpeza consiste na remoção e condução diária de todo o cisco, lixo, animaes e aves mortas em todas as ruas, praças, beccos, travessas e litoral, ficando comprehendida neste serviço a varredura da praça do mercado, a limpeza, desobstrução e capina das calhas, a limpeza das rampas do mercado e de todo o litoral e bem assim a capina das praças.” O mesmo documento determinava que o arrendatário do serviço deveria realizá-lo “todos os dias, sem excepção dos domingos e dias santificados” e que deveria realizar “depositar o lixo no local que for designado pela municipalidade.” Correspondências Expedidas pela Câmara Municipal, Livro 7, 14 ago. 1877 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

¹³ Construção e Melhoramentos do Município, Caixa 12, 1878 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

a preocupação com a salubridade¹⁴ e com a higiene pública ganhou espaço nos jornais porto-alegrenses. E a necessidade de expandir o Asseio Público e o coibir os despejos do esgoto em locais inadequados foi registrada e pela imprensa local.

Para aprofundar a compreensão sobre como a imprensa posicionou-se diante dos problemas de higiene pública que existiam em Porto Alegre no final do século XIX, realizei uma pesquisa sobre o Asseio Público no jornal *A Federação*¹⁵ – periódico criado em 1884 para ser o veículo de propaganda oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

A primeira matéria publicada no jornal *A Federação* sobre o problema dos despejos data de 17 de abril de 1884 e foi escrita pelo autor da coluna “Cousas Municipaes.” No texto, ele informa ter recebido reclamações de moradores da “praça da Harmonia” protestando contra a ponte que estava sendo construída nas proximidades do local, para despejo das “materias fecaes”; em resposta, o autor da coluna expôs sua opinião sobre o assunto.

Acho grande difficuldade para resolver este problema. Este serviço tem por força de ser feito e ninguém o quer a porta da sua casa. Tenho percorrido todo o litoral a ver se acho lugar onde se possa fazer este serviço sem incommodar ninguém e quanto mais diligencio menos encontro.

O lugar onde está construída a ponte é o mais saliente para o lado do rio, é justamente na ponta do ângulo. Se o serviço continuar a ser bem feito, como tem sido até aqui, talvez que, levando em conta o cumprimento da ponte, a lavagem dos cubos possa ser feita sem incommodar a vizinhança; mas se ainda assim, as exalações vierem até ás casas da praça da Harmonia, tereis de lançar mão do único remédio possível, que é mandar fazer despejo e lavagem dos tubos em uma barca, na margem direita do rio, nas proximidades da ilha fronteira¹⁶.

Pelo conteúdo do texto citado acima, podemos constatar que trinta anos depois da Comissão de Higiene da Província ter protestado contra os locais para despejo dos cubos

¹⁴ Segundo Michel Foucault, a noção de salubridade ganhou importância para a medicina europeia do século XVIII e manifestou-se no interesse dos médicos pela qualidade do ar e das águas e na preocupação com locais potencialmente nocivos para a saúde, como por exemplo, cemitérios e matadouros. Foucault afirma que: “Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e dos seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (FOUCAULT, 2012: 163).

¹⁵ A pesquisa foi realizada a partir da coleção digitalizada do jornal *A Federação* existente no Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O Acervo pode ser consultado no site <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

¹⁶ *A Federação*. Cousas Municipaes. 17 de abril de 1884 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

indicados pela Câmara Municipal, o assunto ainda não estava resolvido de forma satisfatória. Os documentos consultados indicam que o despejo de “materias fecaes” nas ruas, nos quintais e nos terrenos baldios provocava inconvenientes diversos: emanção de odores e proliferação de moscas nos dias de calor, e dispersão dos indesejados excrementos por ruas, becos e propriedades particulares nos dias de chuva forte.

Os despejos de “materias fecaes” no terreno do Quartel do Oitavo Batalhão é um exemplo ilustrativo do problema. Em 1838, a Câmara Municipal solicitou ao Presidente da Província a suspensão dos despejos que eram realizados na rua próxima ao Quartel¹⁷. Não sabemos como o governo provincial agiu para atender esta solicitação, mas a partir da consulta nas fontes documentais, constatamos que o problema continuou existindo. No dia 05 de agosto de 1886, o *Fiscal Honorário* – pseudônimo usado pelo cidadão Felicissimo de Azevedo – escreveu sobre o esgoto e as águas estagnadas no interior do Quartel do Oitavo Batalhão; posteriormente, no dia 24 do respectivo mês, ele retomou o assunto e produziu um interessante relato de como o público e o particular se imbricavam gerando inconvenientes para a higiene da cidade.

O cano de qualquer casa serve para expedir as agoas pluviaes e nada mais. Mas o do quartel serve para todos os despejos, tornando assim insuportável a habitação n’aquelle lugar.

Se entendem que podem ser feitos os despejos das agoas servidas de toda espécie, dentro do quartel, façam um filtro para absorvê-las sem incomodar a vizinhança.

(...). O que é inteiramente impossível é a continuação daquelle lodaçal no becco do oitavo, sem esgoto, senão para os quintaes da vizinhança¹⁸.

As diversas matérias encontradas protestando contra os despejos nas calhas de vias públicas, no terreno do Quartel ou em outros pontos considerados inadequados pela Câmara Municipal, são evidências de que o serviço particular de remoção de cubos apresentava deficiências, especialmente nos seus anos iniciais de existência – período em que as denúncias e reclamações na imprensa foram frequentes.

De certa forma, o problema havia sido parcialmente atacado com a criação do serviço de Asseio Público, mas a adesão ao serviço era facultativa e, conseqüentemente, grande parte da população manteve as antigas práticas de descarte das fezes. Desprovida de

¹⁷ Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Livro 12, 31 ago. 1838 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

¹⁸ *A Federação*. Cousas Municipaes, 24 de agosto de 1884, p. 2 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

uma rede de esgoto, possuindo um modesto serviço de remoção de “materias fecaes” em cubos, e servida de uma pequena rede de distribuição de água encanada,¹⁹ Porto Alegre encerrou o período imperial enfrentando uma precária situação sanitária.

Durante a pesquisa realizada no jornal oficial do PRR, foi possível constatar que a preocupação com os despejos de “materias fecaes” em locais inadequados foi constante e intensificou-se em 1886, quando a cidade defrontou-se com o risco de uma nova epidemia de Cólera. Neste ano, a Junta de Higiene e a “Sociedade Médico-Cirúrgica” publicaram um *Memorandum* para advertir a população e as autoridades públicas sobre as precárias condições de higiene existentes em Porto Alegre.²⁰ No *Memorandum*, os médicos indicaram medidas para atacar o problema dos despejos fecais na capital da Província.

Em todas as habitações devem existir os cubos necessários para servirem de depósito as materias fecaes, sendo os de agoas servidas de capacidade maior e todos podendo-se fechar hermeticamente.

Serão os cubos desinfectados, antes e depois de utilizados, com 150 grammas os menores e 300 os maiores, de sulfato de ferro.

O desinfectante deverá ser fornecido gratuitamente aos pobres e bem assim lhe será feita a expensas da municipalidade ou da província a remoção dos cubos.

Deve ser desde já suspenso o despejo que se faz no trapiche ao lado da Cadeia na Rua Voluntários da Pátria, e vigiadas cautelosamente as praias para que nelas não se joguem imundícies.

É necessário que se faça a aquisição de um terreno à margem da estrada de ferro Porto Alegre Hamburg-Berg, de regular extensão, para nele serem espalhadas as materias fecaes e agoas servidas, previamente desinfectadas. N’essa campina se fará desde logo a plantação de girações.

As carroças que conduzirem os cubos a estação e os wagoens (...) serão diariamente desinfectados com ácido sulfúrico²¹.

As recomendações da Junta de Higiene e da “Sociedade Médico-Cirúrgica” para o aprimoramento do Asseio Público, apesar de manifestadas em uma ocasião de risco de epidemia, registram a percepção médica sobre a precariedade deste serviço e apontam para a necessidade da sua obrigatoriedade. Na opinião dos médicos, a adesão ao Asseio Público não poderia ser facultativa, uma vez que ela era um requisito para a manutenção da salubridade urbana.

¹⁹ As condições de abastecimento de água em Porto Alegre no final do século XIX e começo do XX foram pesquisadas por Fabiano Quadros Rückert (RÜCKERT, 2013; 2014).

²⁰ *A Federação*. *Hygiene Publica*, 23 de novembro de 1886, capa. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

²¹ *A Federação*. *Hygiene Publica*, 23 de novembro de 1886, capa. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

A questão da obrigatoriedade ao serviço era um assunto de ordem higiênica e, ao mesmo tempo, era um assunto de ordem econômica. Impondo esta obrigatoriedade, a municipalidade estaria criando uma situação constrangedora para os proprietários ou inquilinos de imóveis com baixa renda. Evitando a imposição, ela estaria se omitindo do compromisso pela manutenção da higiene pública e, indiretamente, estaria desvalorizando o esforço dos cidadãos que pagavam pelo respectivo serviço.

Diante do impasse sobre como conduzir o assunto e das notícias de epidemia procedentes da Argentina e do Uruguai, a Câmara Municipal mobilizou a Junta de Higiene para realizar visitas sanitárias na intenção de coibir práticas consideradas nocivas para a salubridade urbana.

A realização de visitas sanitárias não era um procedimento novo para a municipalidade de Porto Alegre. No entanto, a fonte documental consultada nos permitiu constatar que em 1886, esta prática ganhou importância como medida preventiva e como forma de pressionar a sociedade para aderir aos preceitos da higiene moderna. Naquele contexto, a municipalidade decidiu publicar na imprensa os resultados do trabalho da Junta de Higiene – órgão encarregado de realizar as visitas²².

A eficiência das visitas sanitárias dividia a opinião da sociedade porto-alegrense, tanto no final do Império quanto nos anos iniciais da República. O autor da coluna *Cousas Municipaes* era um adepto da prática. Mas também existiam os que discordavam da estratégia usada pela municipalidade. Um exemplo de discordância foi publicado no jornal *A Federação* no dia 18 de setembro de 1891.

Um amigo escreve-nos as seguintes linhas, a respeito das visitas sanitárias:

“Senhor redator – Tenho lido na *Federação*, que a junta de higiene irá fazer visitas sanitárias, providenciando assim para sanear a cidade e para preservá-la da invasão do cholera, venho, contando com a vossa benevolência, para contestar tal medida como eficaz para o caso de que se trata, pelas razões que seguem.

²² A publicação no jornal *A Federação* dos resultados das “visitas sanitárias” tornou-se um procedimento comum na década final do século XIX quando um número expressivo de “intimações” e de “multas” emitidas pelos fiscais da Junta de Higiene foi noticiado. As “intimações” eram mais frequentes do que as “multas”, o que indica uma disposição do poder público em conceder alguns dias de prazo para que os proprietários de imóveis providenciassem medidas higiênicas como a remoção do lixo dos quintais, o aterramento das “águas estagnadas”, o concerto dos canos de escoamento das águas pluviais, ou então providenciassem a instalação de cubos adequados para o recolhimento das “materias fecaes”. Algumas notas indicavam o número de residências existente em cada “seção” da cidade, o número de habitantes e quantos eram usuários do Asseio Público.

Essa medida terá em sua execução resultados inteiramente nullos, porque subsiste e subsistirá sempre a causa principal do estado de immundo em que se encontra nossa capital: o despejo das materias fecaes nas ruas e quintaes.

Eis ahi todo mal.

Grande parte da população faz despejos nas ruas, quintaes e beccos, e isto é que é preciso remover o quanto antes, como medida única capaz de sanear a cidade.

De que forma? Obrigando-se todas as casas a terem serviço feito pela Companhia de Asseio Público, e penas d'agua á custa do proprietário.

Asseio obrigatório, já que não pode ser voluntário. (...) Cubos e penas d'agua em todas as casas, coadjuvando a intendência à actual companhia de Asseio Público para esta fazer o serviço grátis nas casas de pessoas reconhecidamente pobres (...).

Depois de tudo isto posto em execução, então as visitas sanitárias darão resultados seguros, em benefício de nossa população, já tão vitimada pela varíola e outras moléstias²³.

Na opinião do autor anônimo, a Intendência estava equivocada apostando nas “visitas sanitárias”, pois o risco de transmissão de doenças era provocado pelos despejos fecais em locais inadequados, pela precariedade no abastecimento de água e pela existência de famílias pobres desprovidas do serviço de Asseio Público. Ele entendia que a municipalidade deveria impor a adesão ao respectivo serviço para todos os imóveis do perímetro urbano.

No começo da década de 1890, a municipalidade entendeu que a adesão facultativa ao Asseio Público era prejudicial para a saúde pública. E a partir de 1893, ela passou a exigir a adesão dos proprietários de imóveis ao serviço através de intimações emitidas pela Seção de Higiene e publicadas na imprensa²⁴. Depois de intensificar a pressão pelo uso do Asseio Público, a municipalidade voltou-se para o antigo problema do local do despejo dos cubos – problema que permaneceu na pauta das discussões da Câmara Municipal por mais de trinta anos.

²³ *A Federação*. As Visitas Sanitárias, 18 de setembro de 1891: 3 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

²⁴ Uma nota de 15 de abril de 1893 informava aos leitores sobre os procedimentos tomados pela Intendência: “No intuito de fazer cessar o prejudicial abuso dos despejos de materias fecaes nas calhas das ruas, bem como seu enterramento nos quintaes, o cidadão intendente municipal mandou verificar quaes os prédios cujos moradores não tem o competente cubo, indispensável ao serviço de asseio, além de serem estes intimados a adquiri-los em curto prazo, a bem da saúde pública. Diariamente, aparecerá no expediente da intendência, a relação dos intimados para tal fim.” *A Federação*. Asseio da Cidade. 15 de abril de 1893: 2 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

A Ferrovia do Riacho e o Asseio Público sob controle da municipalidade

Conforme demonstrei anteriormente, a definição de locais para a realização dos despejos dos cubos com “materias fecaes” era um assunto complexo. Havia a necessidade de afastar os dejetos para longe do centro urbano, mas existiam dúvidas sobre como conciliar o necessário afastamento com o custo do serviço realizado pela empresa de Asseio Público.

Em 1893, a municipalidade recorreu ao auxílio da Sociedade de Medicina buscando uma orientação para realizar os despejos sem comprometer a salubridade da população. O assunto foi estudado por uma Comissão Médica que recomendou a construção de uma ferrovia para transportar os cubos do Asseio Público até a Ponta do Dionísio, local em que poderiam ser despejados sem prejuízos para a saúde da população. A partir desta sugestão, a Intendência se empenhou na construção desta ferrovia, considerada pela municipalidade como um investimento em prol da salubridade de Porto Alegre.

Em 1895, as obras da ferrovia estavam avançadas e havia previsão de inaugurá-las no ano seguinte. Mas esta previsão tornou-se inviável quando surgiram divergências entre a Intendência e José Joaquim de Assumpção, proprietário das terras onde a municipalidade pretendia realizar o despejo dos cubos²⁵. No Relatório apresentado pelo intendente José Montauray ao Conselho Municipal, referente ano de 1896, a expectativa de conclusão da obra foi novamente registrada, e pela primeira vez, a Intendência fez uma previsão da receita que ela pretendia arrecadar com o uso da Ferrovia: a receita prevista foi de 75 contos de réis, sendo 65 referentes ao “transporte de 260.000 mil cubos sanitários, a 250 réis cada, para 5.000 assinantes do serviço de Asseio Público” (HUYER, 2015: 19).

Mas as negociações entre a municipalidade e Assumpção não avançaram e uma parte da ferrovia foi danificada pelas cheias do Guaíba. Depois de cogitar a possibilidade de vender a ferrovia e de realizar o transporte dos cubos por via fluvial, a administração municipal decidiu modificar o seu traçado e escolheu como local para despejo dos cubos do Asseio Público, a Ponta do Melo.

²⁵ Segundo André Huyer, a municipalidade construiu nas terras de José Joaquim de Assumpção sem receber a autorização deste proprietário. A situação complicou-se porque Assumpção participou da Revolução Federalista lutando contra o governo do Partido Republicano Rio-Grandense. Quando Assumpção retornou do seu exílio no Uruguai, ele protestou contra a atitude da Intendência e reivindicou uma indenização (HUYER, 2010: 59-62).

Em 1898, as obras da Ferrovia do Riacho ganharam novo impulso. Neste ano, a municipalidade providenciou a encampação da empresa de Asseio Público, pagando pelo material da empresa “44:867\$300 rs”. No Relatório da Intendência de 1899, foram registrados os primeiros investimentos para a qualificação do serviço:

O máo estado, em que se achavam os carros, obrigou a Intendência a mandar reformá-los, fazendo ao mesmo tempo aquisição de mais dois, a fim de facilitar o serviço. Os cubos estão sendo substituídos, porquanto, quase a totalidade está em estado imprestável. Segundo já vos declarei, foi comprada a cocheira da ex-empresa Transporte de Docas e construído um Trapiche na Ponta do Mello, para ponto de despejo dos cubos²⁶.

Durante a consulta nas fontes documentais, surgiram algumas dúvidas sobre os motivos da municipalização do Serviço de Asseio Público de Porto Alegre. No discurso do governo, a medida era necessária para “qualificar” e “ampliar” o serviço e também era justificada pela “ineficiência” da empresa responsável pelo recolhimento, despejo e lavagem dos cubos²⁷. Não há necessidade de discutirmos a veracidade deste discurso, pois segundo a concepção foucaultiana, toda construção discursiva busca neutralizar as informações que podem contradizer a sua coerência e, ao mesmo tempo, busca legitimar um determinado conjunto de práticas sociais²⁸. No que diz respeito à municipalização do Asseio Público de Porto Alegre, podemos inferir que a iniciativa foi parte de uma estratégia de ampliação das ações do governo republicano que buscou ocupar funções antes concedidas para a iniciativa particular, reforçando o papel do PRR como promotor da modernização econômica e social no Rio Grande do Sul.

Outra explicação para a municipalização do Asseio Público, em Porto Alegre, pode ser encontrada no balanço financeiro apresentado anualmente pela Intendência aos membros do Conselho Municipal. Os números indicam que a arrecadação obtida pela

²⁶ Relatório apresentado pelo intendente José de Aguiar Montauray Leitão ao Conselho Municipal na Sessão Ordinária do anno de 1899. Porto Alegre: Officinas Typographica d’A Federação, 1899, p. 15 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

²⁷ A “ineficiência” da empresa que executava o serviço antes da sua municipalização foi denunciada pelo jornal *A Federação* na matéria intitulada *Asseio Público*, do dia 27 de fevereiro de 1900; nesta matéria, o discurso do PRR sobre as vantagens da municipalização procurou responder as críticas procedentes do jornal *A Reforma*.

²⁸ No decorrer da sua produção intelectual, Michel Foucault demonstrou um expressivo interesse pela dinâmica das construções discursivas e pelo papel delas nas redes de articulação do poder. Uma síntese da concepção foucaultiana de “construção discursiva” pode ser encontrada na obra *A ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1996). Nesta obra, o filósofo explica a função dos dispositivos internos e externos de legitimação do discurso e enfatiza a necessidade de práticas sociais que possam oferecer respaldo para um determinado discurso.

remoção dos cubos cobria os gastos gerais com a manutenção da ferrovia, pagava o serviço de recolhimento/transporte/despejo/lavagem e reparo dos cubos, e ainda gerava um pequeno saldo positivo para a municipalidade²⁹. Neste caso, importa reconhecermos que a preocupação do governo com as questões higiênicas e com a salubridade da cidade, não pode ser dissociada da necessidade de equilíbrio nas finanças públicas. Para realizar as intervenções desejadas, a municipalidade necessitava de recursos financeiros e a imposição da taxa de Asseio Público, assim como, a aplicação de multas para os que não cumpriam as normas de higiene, atendiam esta necessidade³⁰.

O valor arrecadado com a taxa obrigatória do Asseio Público foi importante para pagar o investimento feito na Ferrovia do Riacho, e esta, por sua vez, além de servir para o transporte dos cubos do Asseio Público, transportava também muitos passageiros que diariamente contribuía para ampliar a receita da municipalidade³¹.

Na construção da Ferrovia do Riacho, na municipalização do Asseio Público e no uso da Ponta do Mello para despejo e lavagem dos cubos, encontramos sinais dos limites da intervenção do poder público no problema do destino das “materias fecaes”. Sem possuir recursos para prover a cidade de uma rede subterrânea de esgoto adequada para a sua

²⁹ Para obter este saldo positivo, logo após a municipalização do serviço a Intendência aumentou em “750 réis” a contribuição paga para uma remoção semanal dos cubos. No Relatório apresentado ao Conselho Municipal de 1900, o Intendente José Montauray descreveu as despesas efetuadas na remoção dos cubos e expôs a expectativa do aumento no saldo Asseio Público: “O saldo entre essas duas verbas irão sempre aumentar, não só pelo desaparecimento de despesas com a aquisição de novo material, como também pelo aumento em número de assignantes.” *Relatório apresentado pelo intendente José de Aguiar Montauray Leitão ao Conselho Municipal na Sessão Ordinária do anno de 1899*. Porto Alegre: Oficinas Typographica d’A Federação, 1899: 25 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

³⁰ Sandra Jatahy Pesavento, no livro *Uma outra cidade: o mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*, abordou as relações existentes entre os procedimentos administrativos da municipalidade de Porto Alegre e a campanha contra a presença dos pobres no centro da cidade. Pesavento apresentou os dados das “visitas domiciliares” realizadas pelo inspetor de polícia sanitária do município, José Rodrigues Vianna, no ano de 1899; e constatou que a municipalidade intimava os proprietários (ou locatários) para que “tomassem providências de asseio” e, quando necessário, exigia a adesão ao serviço de Asseio Público. Na prática, as visitas domiciliares e as intimações da polícia sanitária “apontavam para o dever do cidadão de pagar impostos, contribuindo para a higiene da cidade” (PESAVENTO, 2001: 116).

³¹ O saldo positivo gerado pelo Asseio Público de Porto Alegre, no período posterior a sua encampação, pode ser encontrado em diversos Relatórios da Intendência. Para fins de exemplo, destaco os números referentes ao período de 01 de julho a 1901 a 30 de junho de 1902: a renda do Asseio Público foi de 25:813\$476, valor referente ao recolhimento/despejo e lavagem de 452.826 cubos com “materias fecaes”, no mesmo período, a despesa da municipalidade com a Ferrovia do Riacho foi de 19:806\$000. A ferrovia também arrecadava com o transporte de passageiros. Com base nos dados apresentados por André Huyer, sabemos que dez anos depois da inauguração da linha, a receita gerada pelo transporte de passageiros superou a receita referente ao transporte do Asseio Público. Mesmo gerando um saldo anual positivo nos seus serviços, a Ferrovia era contabilizada como uma despesa para a municipalidade, uma vez que o saldo anual não era o suficiente para pagar “juros e amortização do elevado capital tomado por empréstimo para sua construção.” *A Federação. Finanças Municipaes*, 21 de outubro de 1902: 2 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

densidade demográfica, a municipalidade afastou o despejo dos cubos para longe do centro urbano, mas não interrompeu o processo de poluição das águas do Guaíba. Outro tipo de enfrentamento do problema seria dado com a construção da primeira rede de esgoto de Porto Alegre – tema que será analisado na sequência do texto.

O poder público e a primeira rede de esgoto de Porto Alegre

O objetivo específico desta parte do texto consiste e abordar a experiência de construção da primeira rede de esgoto em Porto Alegre a partir de uma dupla perspectiva: a sanitária e a política. Na perspectiva sanitária, importa destacarmos a participação de médicos e engenheiros nas discussões e estudos que antecederam as obras de esgoto, realizadas entre 1905 e 1912. Na perspectiva política, importa analisarmos o trabalho do poder público que assumiu a responsabilidade pelo planejamento e execução das obras.

Sabemos que a possibilidade de construir uma rede subterrânea de canos para remover as “materias fecaes” em Porto Alegre estava prevista no Edital de Limpeza Pública, lançado pela Câmara Municipal em 1868. Naquela ocasião, a municipalidade pretendia conceder o serviço para exploração particular, mas esta intenção foi abandonada e o problema do esgoto foi atacado com o serviço de Asseio Público.

Em 1887, o governo provincial manifestou a intenção de construir redes de esgoto para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. A iniciativa foi criticada pelos republicanos que alertaram para o risco de iniciar obras sem os dados demográficos das respectivas cidades, sem estudos prévios de topografia e de composição do solo e sem projetos de engenharia adequados para a complexidade do assunto³². Na opinião dos republicanos, o governo provincial estava cometendo um erro ao receber propostas de particulares sem estar devidamente preparado para estudá-las.

A mobilização do poder público imperial para construir redes de esgoto, nas três principais cidades sul rio-grandenses, gerou preocupações na comunidade médica de Porto Alegre. Em um documento intitulado *Parecer da comissão nomeada pela Sociedade Medico-cirurgica Rio grandense, relativamente a questão dos esgotos*, os médicos se

³² A Federação. Saneamento das Cidades. 26 de março de 1887, capa. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

posicionaram sobre o assunto³³. O documento apresentava divergências existentes entre os higienistas europeus a respeito dos benefícios ou prejuízos das redes de esgoto e advertia para o risco das “materias fecaes” acumuladas nos canos provocarem a transmissão de doenças (RÜCKERT, 2014).

A preocupação dos membros da “Sociedade Medico-cirurgica”, expressa a influência da teoria dos miasmas sobre o pensamento médico e, ao mesmo tempo, registra o interesse dos profissionais da medicina pelas questões referentes à higiene pública. Conforme demonstram os estudos diversos autores, no decorrer do século XIX ocorreu um processo de valorização do saber médico e a preocupação com a higiene foi um elemento importante neste processo³⁴.

Quando a República foi proclamada, a iniciativa do governo provincial para prover Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande de redes de esgoto foi interrompida. No entanto, a demanda por obras de esgoto nos grandes centros urbanos continuou existindo, e coube ao governo republicano providenciar respostas políticas, técnicas e econômicas para atender esta demanda (WEIMER, 1992; WEBER, 1999; RÜCKERT, 2013).

Em 1894, o engenheiro José da Costa Gama publicou a obra intitulada *Esgotos*³⁵, apresentando suas considerações sobre a viabilidade técnica e financeira das obras para coleta e descarte das “materias fecaes” em Porto Alegre. O autor abordou a opinião da sociedade porto-alegrense sobre as redes de esgoto; citou a problemática experiência do saneamento no Rio de Janeiro, contrapondo-a com a experiência bem sucedida que estava em curso em São Paulo; estudou o custo do material necessário para as obras na capital do Rio Grande do Sul e manifestou otimismo quanto ao futuro do saneamento em Porto Alegre. Na opinião deste engenheiro, seria preciso um período de 8 anos para o começo da

³³ Parecer publicado pelo jornal *A Federação* em quatro partes, nas respectivas datas: 28, 30 e 31 de maio de 1887, e 01 de junho de 1887 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

³⁴ Segundo Finkelman, “uma das características mais marcantes da higiene no período que antecedeu a consagração da bacteriologia consistia na indeterminação da doença. O ar, a água, as habitações, a sujeira, a pobreza, tudo poderia causá-la. A fluidez do diagnóstico era acompanhada pela imprecisão terapêutica. Essa característica também permitia que os higienistas atuassem como tradutores dos mais diversos interesses” (FINKELMAN, 2002: 32).

³⁵ GAMA, José da Costa. *ESGOTOS. Considerações sobre o estabelecimento de esgotos subterrâneos na cidade de Porto Alegre, precedida da tradução de artigos insertos na Revista Thecnica, “Genie Civil”, de Paris*. Publicação feita pela Intendência Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Comércio, 1894.

construção da rede de esgoto na área de edificação mais densa da cidade, e mais 4 anos para conclusão das obras.

Na documentação consultada, o texto de José da Costa Gama pode ser considerado o primeiro estudo de engenharia voltado para a construção de uma rede de esgoto em Porto Alegre. No entanto, ele não pode ser classificado como um projeto no sentido técnico do termo, pois esta não era a intenção do autor. Deste documento, considero importante ressaltar os seguintes tópicos: (1) a percepção do autor de que a sociedade porto-alegrense estava mais receptiva para a ideia de construção do esgoto subterrâneo; (2) a sua avaliação positiva sobre a construção da ferrovia para afastar os despejos do Asseio Público do centro da cidade; (3) a necessidade de conduzir a rede de esgoto para dentro do Guaíba, usando as águas do rio para autodepuração das “materias fecaes”³⁶.

A publicação da obra *Esgotos*, feita pela Intendência de Porto Alegre, sinalizou o retorno do assunto à agenda do governo, agora numa conjuntura política diferente. O regime republicano estava consolidado, os municípios estavam juridicamente fortalecidos e um grupo de engenheiros assumiu a condução dos estudos para o esgoto da capital. Em 1897, no seu primeiro ano como intendente de Porto Alegre, o engenheiro José de Aguiar Montauray manifestou sua opinião sobre o assunto no Relatório apresentado ao Conselho Municipal.

No estudo para o serviço de exgotto deve se ter em vista as aguas servidas e as materias fecaes, porque, ao meu ver, as condições topográficas da cidade permitem o exgotto fácil e rápido das aguas pluviaes, o que evita a construção do dispendioso systema do *lout-á-l'égout*, substituindo-o pelo sistema Waring, adoptado em um grande número de cidades da América do Norte. (...) julgo conveniente estudar-se os dois systemas – o unitário *lout-á-l'égout* e o separador Waring³⁷.

Com base no documentado citado acima, sabemos que a Intendência estava estudando a possibilidade da construção de uma rede de esgoto antes mesmo da Ferrovia do

³⁶ Sobre este aspecto específico da obra *Esgoto*, é interessante observar que José da Costa Gama estudou a técnica de uso das “materias fecaes” para a produção de adubo, mas considerou esta técnica inadequada para a composição do solo de Porto Alegre. Para a capital do Rio Grande do Sul, o procedimento recomendado pelo engenheiro era lançar o esgoto no Guaíba, “alguns kilometros abaixo da cidade, sem inconveniente de espécie alguma: pois na margem esquerda do Guahyba não há, por ora, povoado digno de menção, e quando o mesmo venha a se formar, o recurso é fácil, pois bastará prolongar o encanamento de descarga até ficar sua saída abaixo de tal localidade” (GAMA, 1894: 35-36).

³⁷ *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão*, 1897, p.9-10 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

Riacho ser usada para o transporte dos cubos até a Ponta do Melo. O que não estava claro era como a rede de esgoto deveria ser construída. O intendente expressou sua preferência pelo sistema “*lout-à-l’égout*”, também chamado de “sistema unitário”, porém, ele não descartou a possibilidade de uso do sistema de Waring, conhecido na época como sistema de “separador absoluto”³⁸.

Ciente da necessidade de novos estudos de engenharia para uma definição tecnicamente adequada de como seria construída a rede de esgoto da capital, em 1898 a Intendência criou a Comissão Municipal de Saneamento³⁹. Sob a coordenação do engenheiro Francisco Brasiliense da Cunha Lopes⁴⁰, a Comissão iniciou experiências para avaliar a eficiência das fossas sépticas e decidir sobre o uso delas no saneamento de Porto Alegre. Estas experiências foram registradas no jornal *A Federação* que publicou diversas matérias sobre os objetivos e resultados dos testes realizados no Depósito da Intendência. Na imprensa local, a fossa séptica testada pela municipalidade foi chamada de *Reservatório Sanitário* e de *aparelho dissolutivo*.

As primeiras matérias publicadas no jornal *A Federação* sobre o *aparelho dissolutivo*, noticiavam fatos como a presença de líderes do PRR na inauguração das experiências, descreviam detalhes sobre o funcionamento do aparelho e apresentavam os resultados parciais obtidos⁴¹; posteriormente, o assunto ganhou novo enfoque quando as experiências foram criticadas na imprensa. Em resposta, os defensores do *aparelho dissolutivo*, partidários do PRR, apresentaram argumentos em defesa das experiências

³⁸ Em um texto escrito em 1901, intitulado *Esgotos das Cidades*, o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito indicou as principais diferenças entre os dois sistemas de esgoto existentes na época. O sistema unitário, criado na França, funcionava da seguinte forma: “A mesma rede de condutos coleta os despejos domiciliários, as águas pluviais das ruas, telhados e pátios, e as águas da drenagem do subsolo. (...) As galerias do sistema unitário são geralmente visitáveis e a sua limpeza se faz pelas lavagens fluxíveis, para as menores, e concorrentemente pela intervenção do homem, auxiliado por vários recursos para os maiores” (BRITO, Volume II, 1943: 52). Sobre o sistema separador absoluto, criado pelos norte-americanos, ele escreveu: “(...) os condutos destinados aos despejos são de pequeno diâmetro, e geralmente o despendido de efluentes não oferece a necessidade e a altura molhada necessárias para a auto-limpeza (*self cleansing*); as lavagens fluxíveis automáticas são, pois, “*the life*” do sistema (...)” (BRITO, Volume II, 1943: 57).

³⁹ Ato n. 14, de 31 de maio de 1898 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

⁴⁰ Em 30 de junho de 1899, o valor aplicado nos estudos para o saneamento da cidade havia atingido 76:545\$909, deste total, o governo estadual havia contribuído com 4:447\$096. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, sessão ordinária de 1899, p.18* (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

⁴¹ *A Federação*. Reservatório Sanitário. 28 de julho de 1899, p. 2 – *A Federação*. Saneamento da cidade. 22 de novembro de 1899, capa. – *A Federação*. Saneamento da cidade. 06 de dezembro de 1899, capa. – *A Federação*. Higiene. Apparelho dissolutivo. 20 de dezembro de 1899, p. 2 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

realizadas. Em uma das defesas, publicada no dia 22 de janeiro de 1900, as vantagens do aparelho dissolutivo Deslandes (nome do engenheiro criador do modelo testado em Porto Alegre) foram descritas nos seguintes termos:

1º- suprime exalações prejudiciais; 2º- não permite desenvolvimento de gases; 3º- extingue a vida dos infusórios ou micróbios de todas as espécies pela ausência de ar atmosférico; 4º- dispensa os meios incompletos e casos de desinfecções; 5º- isola os despejos de uma casa das de outra casa; 6º- uma vez feito o reservatório o seu custo é insignificante.

Isto quanto ao aparelho em si propriamente, sem fallar na rede dos exgottos que com estes intermediários pode soffrer uma grande redução no calibre dos seus encanamentos, permitindo menores declividades e maiores curvas, sem risco de obstruções⁴².

Depois de discussões sobre as vantagens e desvantagens do *aparelho dissolutivo*, a municipalidade decidiu autorizar o uso de fossas sépticas no sistema de esgoto que estava sendo projetado para Porto Alegre.

No Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1902, José Montauray informou que as obras da rede de esgoto seriam iniciadas – “inevitavelmente” – no ano seguinte, pois a Intendência aguardava o resultado das negociações com as empresas de abastecimento de água. Mas o otimismo do intendente foi frustrado pela morosidade nas negociações com a *Companhia Hydráulica Porto-Alegrense* e pelas limitações orçamentárias da municipalidade.

Comprometida com outros investimentos, dentre os quais estavam a Estrada do Riacho e a encampação da *Companhia Hydráulica Guahybense*, a Intendência protelou a construção da rede de esgoto e providenciou novos estudos para garantir a viabilidade técnica das obras⁴³. A possibilidade de conceder a execução das obras para empresas

⁴² *A Federação*. Higiene. Saneamento da cidade. Dissolutivo automático. 22 de janeiro de 1900, capa. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

⁴³ O empenho da municipalidade para qualificar o projeto da rede de esgoto foi registrado no Relatório do intendente referente ao ano de 1906, deste documento, destaco a seguinte parte: “Organizado o projecto, por intermédio do honrado Governo do Estado, foi elle submetido ao estudo na Europa dos especialistas engenheiros Andréas Meyer e Gustavo Bosshardt, e no anno passado a municipalidade submetteu-o novamente ao exame do Club de Engenharia da Capital e, todas essas autoridades julgaram bons os estudos realizados pela comissão municipal. A Intendência, porém, julgou conveniente o exame local, onde ia ser construída a rêde de exgottos, por um especialista em engenharia sanitária, a fim de verificar, si deste novo exame poderia resultar-lhe alguma vantagem de ordem técnica e econômica. Foi essa comissão confiada ao ilustre engenheiro dr. Jorge Valdetaro de Lossio e Seibnitz, lente da Escola Polytechnica do Rio e autor de projectos de serviço de engenharia sanitária e entre elles o projecto de exgottos de Nictheroy. *Relatório e Projecto de orçamento para o exercício de 1908 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente José*

particulares foi descartada pela Intendência que decidiu realizá-la com seus próprios recursos, para “constantemente melhorá-lo e torná-lo mais econômico às classes menos favorecidas de fortuna”.

Depois de diversos preparativos, as obras foram iniciadas em agosto de 1907 e concluídas em 1912. Os documentos consultados indicam que a demora na conclusão dos trabalhos foi provocada por motivos de ordem técnica (elevada quantidade de rochas encontradas nas escavações da rede coletora) e por motivos de ordem econômica (limitação de recursos para aquisição do material). Parte do custo da instalação da rede nas vias públicas foi paga com o dinheiro da *Taxa de água e exgotto*; outra parte foi paga com um empréstimo bancário contraído pela municipalidade. E, para garantir um padrão de controle sobre as instalações domiciliares e sobre as conexões entre a rede de esgoto e as residências, a Comissão Municipal de Saneamento fixou procedimentos e normas técnicas que deveriam ser atendidas pelos proprietários de imóveis e pelas empresas prestadoras do serviço. Em 1908, a Intendência publicou a *Tabella de preços e Condições Geraes para as Instalações domiciliárias de Exgottos*, neste documento, estava determinado que:

I – As obras domiciliárias de exgottos, isto é, as que se executam na parte interna dos prédios são por conta do proprietário.

II – O constructor obriga-se aos preços da tabella aprovada pelo Intendente e ao regulamento municipal para execução dos serviços, que são unicamente os da primeira instalação.

III – Para executar as obras de saneamento em qualquer prédio ou para modificar as já existentes, o interessado requererá a licença ao Intendente, acompanhando este requerimento de uma planta do prédio e do terreno por onde deve passar a canalização. O desenho, na escala de 1 por 100, deverá mostrar claramente a disposição da instalação domiciliar, diâmetro do encanamento, extensão, declividade e profundidade das cavas, local do W.C., dos banheiros, tanques de lavagem, paias, canos de ventilação e de aguas pluviaes, bem como o encanamento para provisão d’água.

Os desenhos referidos serão em duplicata, ficando uma das vias archivadas e sendo outra entregue ao interessado depois de approvada, com ou sem modificação, no prazo de 15 dias da data de recebimento dos mesmos⁴⁴.

Montauray, sessão de 1907. A Federação. 23 de novembro de 1907, p. 8 (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

⁴⁴ *Tabella de preços e Condições Geraes para as Instalações domiciliárias de Exgottos. Porto Alegre. Oficinas Typographicas d’ A Federação, 1908: 7.*

A fiscalização das instalações sanitárias domiciliares recebeu uma expressiva atenção da Intendência que entregou este serviço aos encargos da Comissão Municipal de Saneamento. O Ato n. 66, de 21 de agosto de 1909, reforçou o poder fiscalizador da Comissão sobre as obras domiciliares e, posteriormente, o *Regulamento do Serviço de Exgottos*, publicado em 1911, determinou a cobrança de multas para os casos de infração, fosse esta cometida pelo proprietário do imóvel ou pelo executor do serviço. No *Regulamento*, a Comissão de Saneamento incluiu a possibilidade de regularização de instalações já existentes; indicou os aparelhos sanitários que deveriam ser usados;⁴⁵ e colocou-se como mediadora dos casos de divergências entre proprietários e prestadores do serviço. Completava-se assim, ao menos no plano da lei e das normas técnicas, um ciclo de padronização das práticas de higiene doméstica em Porto Alegre. E para apagar as marcas do passado anti-higiênico da cidade, o *Regulamento* determinava que:

Artigo 26 – (...).

§ único: A medida que for inaugurado o serviço de exgotto para cada zona, serão demolidas, exgottadas, desinfectadas e aterradas todas as fossas existentes qualquer que seja a respectiva natureza.

Este serviço será feito pela Seção de Saneamento, correndo todas as despesas por conta do proprietário⁴⁶.

Analisando os Relatórios da Intendência no período de construção da rede de esgoto (1907 a 1912), podemos observar diversas dificuldades enfrentadas na execução das obras: excesso de rocha em alguns pontos do solo; necessidade de desvio dos canos de água e da tubulação de gás; problemas na qualidade e no prazo de recebimento do material; falta de habilidade dos profissionais que executavam as escavações e o assentamento da rede; irregularidades no nivelamento de algumas ruas e excesso de chuvas. O custo final da rede manteve-se dentro do previsto, mas o prazo de dois anos para conclusão das obras, fixado pelos engenheiros da Comissão Municipal, não pode ser cumprido. Quando a rede de esgoto foi inaugurada, na área beneficiada pelo novo sistema de coleta e descarte das “materias feacas” existiam cerca de sete mil prédios (COSTA, 1981: 16). Nas periferias da

⁴⁵ O *Regulamento* descreve três tipos de aparelhos sanitários (latrinas, mictórios e pias de cozinha). Para o caso das pias de cozinha, o documento indica normas específicas para a caixa de gordura – Artigo 53. Para as latrinas e mictórios, além de itens de ordem técnica (diâmetro dos canos, volume de água na descarga, etc.), existe no Artigo 56, uma advertência sobre a possibilidade de interdição dos prédios que não possam “estabelecer as instalação sanitária nas condições exigidas por este regulamento”.

⁴⁶ *Regulamento do Serviço de Exgottos*. Porto Alegre. Oficinas Typographicas d’ A Federação, 1911: 12 (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho).

capital do Rio Grande do Sul, o serviço de Asseio Público, apesar das suas inconveniências, continuou sendo a realizado pela municipalidade de Porto Alegre.

Considerações Finais

No período entre 1829 – ano da criação das Posturas Municipais – e 1912 – ano da conclusão da primeira rede de esgoto em Porto Alegre, a necessidade da coleta e descarte das “materias fecaes” foi um assunto constante na agenda do poder público e também foi assunto recorrente na imprensa local.

As preocupações com a higiene pública e com a salubridade do espaço urbano influenciaram na percepção e discussão sobre o problema das “materias fecaes”. Como resposta para estas preocupações, decorrentes do processo de urbanização e do crescimento demográfico, a cidade de Porto Alegre produziu cinco ações para atacar o problema das “materias fecaes”: a primeira foi o uso das Posturas Municipais para interferir nas práticas higiênicas da população; a segunda foi a criação do serviço de Asseio Público; a terceira foi a realização das visitas sanitárias – prática intensificada nas duas décadas finais do século XIX; a quarta foi a construção da Ferrovia do Riacho para afastar os despejos do núcleo urbano; e a quinta foi a construção da rede de esgoto. A eficiência destas ações e o ritmo de desenvolvimento delas foram influenciados por fatores diversos, dentre os quais destacamos o descumprimento das Posturas, as limitações financeiras da municipalidade e a complexidade técnica dos projetos que resultaram na rede de esgoto.

A participação dos médicos e engenheiros nas discussões sobre o esgoto de Porto Alegre, assim como a participação do *Fiscal Honorário* e de outros cidadãos que escreveram na imprensa sobre o assunto, nos permite afirmar que havia um expressivo interesse da sociedade pelas questões referentes à higiene pública. Com base nos documentos consultados, sabemos que existiam diferentes interpretações sobre o que poderia ou não ser feito para coibir os despejos de “materias fecaes” nas ruas e terrenos baldios, e sabemos também que a escolha de locais para despejo dos cubos dividiu a opinião das autoridades públicas.

Grandes mudanças ocorreram na higiene pública e no saneamento de Porto Alegre dentro do período estudado. E, apesar do esforço da municipalidade para promover a cidade

de um sistema eficiente de coleta e descarte do esgoto, o problema das “matérias feças” permaneceu existindo. A partir de 1912, a capital do Rio Grande do Sul ingressou no grupo das cidades brasileiras providas de uma rede de esgoto. No entanto, apenas a parte central estava atendida pela rede e todo o esgoto coletado era despejado *in natura* no Guaíba. A gradual ampliação da rede, a extinção do Asseio Público e a criação de um sistema de tratamento para o esgoto da capital sul rio-grandense são assuntos que excedem os limites deste texto e, ao mesmo tempo, apontam para a necessidade de novas pesquisas sobre o saneamento e a higiene pública na cidade de Porto Alegre.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Vladimir Ferreira de. *Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850 – 1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BAKOS, Margaret M. *Porto Alegre e seus eternos intendentés*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BRITO, Saturnino de. *Obras completas de Saturnino de Brito. Esgotos das cidades*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. II, 1943.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores. O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COSTA, Telmo C. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre – 1779 a 1981*. Porto Alegre: Oficinas Litográficas do DMAE, 1981.

FINKELMAN, Jacobo (org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: GRAAL, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. 15. ed. São Paulo: Editora Global, 2004.

HUYER, André. *A ferrovia do riacho. Do sanitário a modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2015.

LIMA, Tânia A. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, nov. 1995/fev. 1996.

LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira*. Políticas e instituições de saúde. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

MATÉS-BARCO, Juan M. *La Conquista del agua*. Historia económica del abastecimiento urbano. Jáen: Universidad de Jáen, 1999.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Moléstias dos pretos corpos: doenças, saúde e morte entre a população escrava de Porto Alegre no século XIX (1820-1858). In: SERRES, Juliane C. P.; SCHWARTSMANN, Leonor B. (orgs.). *História da medicina*. Instituições e práticas de saúde no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS; MUHM; SIMERS, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

RÜCKERT, Fabiano Q. O problema das águas poluídas na cidade de Porto Alegre (1853-1928). *Diálogos* (Maringá), v. 17, n. 3, set./dez. 2013.

RÜCKERT, Fabiano Q. Os médicos e a higiene pública na imprensa do Rio Grande do Sul: entre a teoria dos miasmas e a teoria da transmissão hídrica das doenças. *História Unicap*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2014.

RÜCKERT, Fabiano Q. *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS: São Leopoldo, 2015.

SANT’ANNA, Denise B. de. *Cidades das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

TOCCHETTO, Fernanda B. *Fica dentro ou joga fora*. Sobre práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

WEBER, Beatriz T. *Códigos de Posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

WEBER, Beatriz T. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense. 1889-1930. Santa Maria; Bauru: UFSM; EDUSC, 1999.

FABIANO QUADROS RÜCKERT

WEIMER, Günter. A Política Sanitarista como diretriz de planejamento na República Velha Gaúcha. In: WEIMER, Günter (org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

WITTER, Nikelen A. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Data de recebimento: 06/02/2016

Data de aceite: 06/06/2016